

➤...continuação

(CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 40.030.699,51. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 09 – Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica

garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 33.150.317,93. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2020 atingiu um montante de R\$ 363.764,28. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante de R\$ 5.323.940,17 tomando-se por base os recursos recebidos em 2020. **9.4 - Isenção sobre Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS).** Com referência a Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para PIS, e no exercício de 2017 a unidade gerenciada recebeu a Imunidade do mesmo, através do processo tributário N° 2006.61.00.001474-9/SP, que suspendem a exigibilidade de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2020 foi de R\$ 1.192.677,13. **10 - Trabalho Voluntário.** Em 02/09/2015 o Conselho

Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93 e em 2020 estes valores foram de R\$ 1.918,09. **11 - Seguros.** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Continuidade. **12 - Exercício Social.** Conforme estabelece o artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

**Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM

**Dr. João Ladislau Rosa** - Diretor Técnico RASTS Butantã

**Elaine Cristina Albino Marques** - Contadora - CRC 1SP270478/O-0

**Relatório dos Auditores Independentes**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração

é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidên-

cia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

**GS Inima Industrial S.A.**

CNPJ/MF nº 31.406.860/0001-53

**Senhores Acionistas:** Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado		Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado		Demonstrações dos fluxos de caixa				
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019	Controladora	Consolidado	2020	2019	2020
<b>Ativo</b>					<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Circulante</b>	<b>34.331</b>	<b>113.162</b>	<b>202.016</b>	<b>267.653</b>	<b>Circulante</b>	<b>3.123</b>	<b>528.440</b>	<b>109.369</b>	<b>647.711</b>	<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>34.842</b>	<b>(3.358)</b>	<b>48.705</b>	<b>(1.102)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	17.499	97.045	56.225	129.899	Empréstimos e financiamentos	-	518.013	2.212	545.507	Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Fundos restritos	-	-	4.749	1.368	Debêntures	-	-	48.724	45.630	IRPJ e CSLL - diferidos	(14.094)	(3.572)	(3.133)	(2.386)
Contas a receber	-	-	39.450	38.475	Arendamento mercantil	-	-	2.943	1.810	Depreciação e amortização	56.311	14.077	96.251	21.546
Ativo financeiro	-	-	81.599	77.585	Fornecedores	32	331	10.305	9.483	Juros sobre endividamento	16.669	8.388	50.913	18.804
Dividendos a receber	12.357	13.767	-	-	Obrigações sociais	705	1.543	9.930	12.132	Resultado de equivalência patrimonial	(101.588)	(20.174)	-	-
Estoques	-	-	9.341	10.879	Obrigações fiscais	317	67	8.427	8.853	Amortização de custos de empréstimos e para emissão de debêntures	5.374	2.388	6.373	2.581
Impostos a recuperar	3.623	2.332	7.898	6.942	Tributos diferidos	-	-	11.028	10.510	Juros e ajuste a valor presente da compra de participações	1.553	-	1.553	-
Partes relacionadas	852	-	73	73	Partes relacionadas	2.069	2.444	11.687	2.444	Provisão (reversão) para contingências	40	-	(14)	213
Outros créditos	-	18	2.681	2.432	Dividendos a pagar	-	6.000	2.267	8.525	Variações nos ativos e passivos				
<b>Não circulante</b>	<b>1.126.724</b>	<b>1.174.810</b>	<b>1.920.234</b>	<b>2.053.247</b>	Outras obrigações	-	42	1.846	2.817	Contas a receber e ativo financeiro	-	-	52.908	10.077
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	<b>Não circulante</b>	<b>243.988</b>	<b>256.530</b>	<b>859.687</b>	<b>923.332</b>	Estoques	-	-	1.538	117
Fundos restritos	-	-	18.088	22.639	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.204	Impostos a recuperar	(1.291)	(2.332)	(956)	(282)
Ativo financeiro	-	-	292.673	350.570	Debêntures	-	-	372.264	416.822	Outros créditos	26	(18)	186	1.758
Tributos a recuperar	-	-	231	231	Contas a pagar por aquisição	48.205	46.652	48.205	46.652	Fornecedores	(299)	331	822	311
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	522	Arrendamento mercantil	-	-	7.175	2.914	Partes relacionadas	(11.445)	-	(11.994)	2.977
Depósitos judiciais	-	-	472	394	Partes relacionadas	-	-	23.866	34.885	Obrigações sociais	(838)	1.543	(2.202)	113
Partes relacionadas	10.218	-	10.218	-	Tributos diferidos	-	-	39.798	47.765	Obrigações fiscais	250	2.767	(426)	(2.008)
Outros créditos	-	-	-	515	IRPJ e CSLL diferidos	195.743	209.838	366.943	370.600	Tributos diferidos	-	-	(7.449)	(1.611)
Investimentos em controladas e coligadas	1.116.428	1.174.800	-	-	Provisão para contingências	40	-	1.436	1.450	Outras obrigações	(80)	84	4.383	4.558
Imobilizado	78	10	364.560	359.931	Outras obrigações	-	40	-	40	Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos	(14.570)	124	237.458	55.666
Intangível	-	-	1.233.992	1.318.445	<b>Total do passivo</b>	<b>247.111</b>	<b>784.970</b>	<b>969.056</b>	<b>1.571.043</b>	Juros pagos sobre empréstimos	(25.056)	-	(26.394)	(675)
<b>Total do ativo</b>	<b>1.161.055</b>	<b>1.287.972</b>	<b>2.122.250</b>	<b>2.320.900</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>913.944</b>	<b>503.002</b>	<b>1.153.194</b>	<b>749.857</b>	Juros pagos de debêntures	-	-	(32.545)	(9.643)
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>			Capital social	909.360	512.360	909.360	512.360	Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(39.626)	124	178.519	45.348
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	Reserva de lucros retidos	4.584	-	4.584	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Receita líquida	-	-	376.557	90.790	Lucros (prejuízos) acumulados	-	(9.358)	-	(9.358)	Fundos restritos	-	-	1.170	1.243
Custo dos serviços prestados	-	-	(119.263)	(32.422)	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	913.944	503.002	913.944	503.002	Dividendos recebidos de controlada	105.059	-	-	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>257.294</b>	<b>58.368</b>	Participação dos acionistas não controladores	-	-	239.250	246.855	Aquisição/ incorporação de companhia líquidas de caixa recebido	-	(922.666)	-	(894.798)
Receitas (despesas) operacionais: Gerais e administrativas	(58.775)	(16.692)	(107.999)	(30.480)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.161.055</b>	<b>1.287.972</b>	<b>2.122.250</b>	<b>2.320.900</b>	Aquisição de ativo imobilizado	(79)	(10)	(8.548)	(5.823)
Resultado de equivalência patrimonial	101.588	20.174	-	-	Atribuídos à					Baixa de ativo imobilizado	-	-	71	204
Outras despesas operacionais, líquidas	5	-	5	(17)	Participação dos acionistas da controladora			34.842	(3.358)	Aquisição de ativo intangível	-	-	(7.950)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	42.818	3.482	(107.994)	(30.497)	Participação dos acionistas não controladores			13.863	2.256	Caixa aplicado nas atividades de investimento	104.980	(922.676)	(15.257)	(899.174)
Resultado financeiro					<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Receitas financeiras	3.019	383	5.542	1.618		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>			Captações de empréstimos e financiamentos	-	507.237	-	507.237
Despesas financeiras	(25.089)	(10.795)	(63.676)	(22.749)		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	Pagamentos de principal	(515.000)	-	(542.639)	(15.319)
Lucro operacional antes dos impostos	20.748	(6.930)	91.166	6.740	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	34.842	(3.358)	48.705	(1.102)	Pagamentos de debêntures	-	-	(42.671)	(10.090)
IRPJ e CSLL	-	-	(45.594)	(10.228)	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	Integralização de capital social	397.000	512.360	397.000	512.360
Correntes	14.094	3.572	3.133	2.386	Total do resultado abrangente do exercício	34.842	(3.358)	48.705	(1.102)	Pagamento de dividendos	(26.900)	-	(48.626)	(10.463)
Diferidos	14.094	3.572	(42.461)	(7.842)	Atribuído à					Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	(144.900)	1.019.597	(236.936)	983.725
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	34.842	(3.358)	48.705	(1.102)	Participação dos acionistas da controladora			34.842	(3.358)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(79.546)	97.045	(73.674)	129.899
					Participação dos acionistas não controladores			13.863	2.256	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	97.045	-	129.899	-
					<b>Demonstrações das mutações no patrimônio líquido</b>					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.499	97.045	56.225	129.899
						<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>							
						<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>	<b>Atribuído aos controladores</b>	<b>Participação de não controladores</b>	<b>Total</b>		
<b>Saldos em 31/12/2018</b>														
Aumento de capital	512.360	-	-	-					512.360	-	-	512.360		
Combinação de negócios	-	-	-	-					-	257.587	257.587			
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(3.358)	(3.358)					(3.358)	(3.358)	(1.102)			
Dividendos distribuídos	-	-	(6.000)	(6.000)					(6.000)	(6.000)	(12.988)	(18.988)		
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>512.360</b>	<b>-</b>	<b>(9.358)</b>	<b>(9.358)</b>					503.002	246.855	749.857			
Aumento de capital	397.000	-	-	-					397.000	-	397.000			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-					34.842	34.842	13.863	48.705		
Dividendos distribuídos	-	-	-	-					(20.900)	(20.900)	(21.468)	(42.368)		
Constituição de reserva	-	-	1.274	3.310					(4.584)	-	-	-		
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>909.360</b>	<b>1.274</b>	<b>3.310</b>	<b>3.310</b>					913.944	239.250	1.153.194			

**Diretoria**  
**Paulo Roberto de Oliveira** - Diretor Presidente  
**Fernando Schlieper** - Diretor

**Contador**  
**Rodrigo Basso**  
CRC 1SP 266.229/O-8